

AS RELAÇÕES ENTRE UMA ASSOCIAÇÃO DE ARTÍFICES, UMA ELITE COMERCIANTE E A CLASSE POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE PERNAMBUCO.

Elicia Barros Guerra Souza; Scarllet Ohanna Silva; José Luis Simões.

Universidade Federal de Pernambuco, eliciaguerra@hotmail.com.

Resumo:

O estudo teve como objetivo compreender quem foram os atores da fundação do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, quais foram os desafios enfrentados por eles e como eles conseguiram entrar para a história da cidade de Recife. A pesquisa teve como percurso metodológico a pesquisa documental e historiográfica, onde foram analisadas fontes primárias e secundárias sobre a instituição com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Após a análise dos documentos percebemos a participação da classe política, elite comerciante e, sobretudo, da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais na construção da instituição. Com a fundação do Liceu foi marcada uma nova fase da educação na cidade do Recife, na década 1880, promovendo o desenvolvimento da instrução pública e pavimentando os rumos da capital pernambucana em direção à modernidade.

Palavras-chave:

Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, Instituição Escolar, História da Educação.

Introdução

O presente artigo resulta de um estudo¹ sobre a história do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Seu objetivo é compreender quem foram os atores da construção desta instituição, quais foram os desafios enfrentados por eles e como eles conseguiram entrar para a história da cidade de Recife.

Após a primeira metade do século XVIII já se antevia o fim do trabalho escravo e o momento de intensa modernização exigia um novo tipo de trabalhador, qual seja: livre, moralizado, especializado, capaz de atender às demandas que surgiam com a evolução do setor industrial. A fundação do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco marcaria uma nova fase da educação na cidade do Recife. Uma educação voltada para a formação do profissional.

O início da construção do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco deu-se após a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai², em 1870. De acordo com o Imperador Dom Pedro II,

¹ Esse estudo trata-se da minha pesquisa de Mestrado intitulada: O Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco em Preto e Branco (1871-1881). A pesquisa se deu por meio de uma análise da historiografia da instituição na ocasião da sua fundação na cidade do Recife em 1880.

² A Guerra do Paraguai é conhecida como Guerra da Tríplice Aliança (1864-70), porque confrontou os aliados Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai que pretendia conquistar terras na região da Bacia do Prata, com o objetivo de obter uma saída para o Oceano Atlântico. Contando com a ajuda da Inglaterra, a tríplice aliança venceu a Guerra após a invasão da tropa brasileira, na cidade de Assunção, sob o comando de Duque de Caxias e com a morte do ditador Francisco Solano Lopes.

instituições destinadas à instrução pública teriam maior utilidade do que os monumentos e estátuas comumente construídos em ocasiões de comemoração.

Tendo ecoado o apelo de Dom Pedro II entre as elites políticas e comerciantes, seus representantes decidiram trabalhar em prol da construção deste estabelecimento de ensino, que seria erguido no Campo das Princesas, localizado na elegante freguesia de Santo Antônio.

Em cerimônia solene prestigiada pela elite recifense e noticiada nos principais jornais da cidade, o Liceu teve sua pedra fundamental assentada. No mármore, em grossas letras, constava a seguinte gravação: “Aos vinte e três de abril de 1871 imperando o Sr. D. Pedro II, generoso promotor da instrução pública, foi colocada a primeira pedra deste palacete, destinado para o Liceu de Artes e Ofícios por deliberação do Presidente da Província Conselheiro Diogo V. C. de Albuquerque”.³

A despeito de todo o alarde, a construção do edifício enfrentou inúmeros contratempos, sobretudo referentes à dificuldade de angariar fundos que pudessem garantir a continuidade da obra.

Em 21 de novembro de 1880⁴, mais de nove anos depois do assentamento da pedra fundamental, o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco foi finalmente inaugurado.

Metodologia

A pesquisa seguiu os parâmetros da abordagem qualitativa uma vez que “ela trabalha o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21-22), ou seja, um conjunto de fenômenos humanos que é entendido como parte da realidade social.

O percurso metodológico desse estudo envolveu a pesquisa documental e historiográfica. Le Goff (1994) nos diz que todo historiador que trate de historiografia recordará que é indispensável o recurso de documentos. Agora, o que seriam esses documentos? Em princípio, o documento era sobretudo um texto, mas os fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*” (1929) insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento quando nos diz que “[...] a história se faz com documentos escritos quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando estes não existem” (LE GOFF, 1994, p. 540). Le Goff (1994) também defende esse conceito ampliado de documento quando coloca em seu texto a discussão de Samaran (1961)

³ Diário de Pernambuco, 25/04/1871.

⁴ Coleção de Obras Raras do Liceu / UNICAP (1880). Ata da sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário.

quando diz em sua obra “*L’ histoire et ses méthodes*” que não há história sem documentos, porém há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou qualquer outra maneira. No caso da nossa pesquisa, por se tratar de uma instituição centenária, os recursos utilizados foram, em sua maioria, os documentos escritos que ainda são conservados, mas também trouxemos a ampliação do conceito de documento para nossa pesquisa, analisando também documentos secundários já produzidos sobre nosso objeto de pesquisa.

Portanto, foram analisados documentos da construção e fundação da instituição encontrados na Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco, por ser atualmente a guardiã do acervo da instituição. No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, e na Fundação Joaquim Nabuco pudemos encontrar documentos referentes à Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais e os jornais da época, como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Recife. Analisamos também teses e dissertações sobre o Liceu de Pernambuco como é o caso das obras: Luz (2008) e Mac Cord (2009).

Com a posse dos dados, foi feita uma análise de acordo com a metodologia qualitativa, descritiva e a técnica de tratamento dos dados utilizada foi a análise de conteúdo, conforme o modelo de Bardin (1977), buscando compreender a relação dos atores na construção do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco através de uma pré-análise, uma descrição analítica e uma interpretação inferencial.

Analisamos as informações que existem por trás de cada fonte primária, através da análise do conteúdo. Bardin (1977) conceitua a análise do conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Com essa inferência buscamos esclarecer quais as causas da mensagem, ou seja, contextualizando, discernir quais são os fatos mais relevantes para o estudo. Para compreender os documentos sob a ótica da análise de conteúdo buscamos visualizar o texto em toda a sua profundidade, indo assim, além da mera interpretação literal dos escritos atingindo, assim, os nossos objetivos.

Resultados e Discussões

Embora tenhamos implicitamente, atribuído ao Imperador Dom Pedro II o que seria o pontapé inicial na construção do Liceu, é bem verdade que os demais atores envolvidos no processo já haviam entrado em campo muito antes de Sua Majestade Imperial.

De acordo com Mac Cord (2009), a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais foi idealizada em 1836 por José Vicente Ferreira Barros. Negro, de origem humilde, letrado, José Vicente trabalhava como carpina - carpinteiro que se ocupa especificamente com os trabalhos em madeira na construção civil.

Com o objetivo de prover auxílios aos associados e aos seus familiares em casos de enfermidade, invalidez ou falecimento, assim como, promover o aperfeiçoamento mútuo das habilidades técnicas dos artesãos, José Vicente se uniu a outros nove trabalhadores para fundar, oficialmente, a Sociedade das Artes Mecânicas em 1841⁵.

Luz (2008) nos mostra que a Sociedade foi importante para os trabalhadores do Recife, porquanto eles puderam participar de um espaço educativo no qual aprendiam as primeiras letras e se especializavam em seus ofícios. Com isso, eles tinham a oportunidade de se valorizarem e diminuírem o estigma de que o seu trabalho era destinado às “pessoas de cor”.

A criação da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais⁶ é, sem dúvidas, um ato de resistência. Contudo, não uma resistência ao poder institucionalizado ou estatal, mas sim ao discurso hegemônico à época que menosprezava o trabalho manual, imputando-o principalmente aos escravos.

Embora se creia que a Sociedade já funcionava anteriormente, é possível que sua fundação só tenha sido possível após a conquista de uma sede fixa em que pudesse realizar suas atividades, qual seja, a Igreja de São José do Ribamar. Resta dizer que esse local já era utilizado por outra associação de artesãos, a Irmandade São José do Ribamar.

Em 11 de agosto de 1842, a seguinte nota é publicada no Diário de Pernambuco:

A sociedade das artes mecanicas desta Cidade, tem a honra de participar, que tendo já aberto o curso de Geometria, e mecânica applicadas as artes, nas quintas feiras a noute, e nos Domingos pela manhã no consistório de S. José, a fim de que sejamos mais hábeis nos nossos trabalhos, e a nós menos pesados, e mesmo para de alguma forma aparecer nossa indústria; demos esses passos a nós diffíceis, e os mais acertados pra complemento da nossa gloria; agora só nos resta a satisfação de comunicar-vos, convidando-vos meos companheiros artistas, e mestres de officinas para nos ajudar os nossos trabalhos, os quaes serão uteis a nós mesmos, e igualmente seremos algum dia recompensados pelo nosso sábio e benéfico Governo.⁷

O discurso e os propósitos da Sociedade realmente sensibilizaram a classe governante ao ponto de, em 1844, ter sido concedido ajuda financeira anual à Sociedade pelo governo provincial, que neste ano tinha à frente Francisco do Rego Barros. Conhecido por seus

⁵ Diário de Pernambuco, 27/11/1880.

⁶ Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais foi como ficou conhecida a associação depois de duas mudanças realizadas na sua nomenclatura, como veremos a seguir.

⁷ Diário de Pernambuco, 11/08/1842.

propósitos modernizadores e higienistas, o futuro Conde da Boa Vista via com bons olhos as iniciativas da entidade. De acordo com Mac Cord (2009, p.4), essa ajuda “foi justificada pela falta de estabelecimentos escolares, pelo seu baixo custo para os cofres públicos e pelo bom exemplo que a Sociedade poderia suscitar”.

Além dos recorrentes anúncios de suas aulas noturnas, a Sociedade também figurou nos jornais de Recife nesta década por conta do envio voluntário de desenhos, plantas e outros trabalhos à apreciação do então Presidente da Província de Pernambuco, Vicente Pires da Motta. O político fez questão de agradecer o gesto em expediente publicado no jornal O Diário Novo, em edição de 03 de junho de 1848. Também é digna de nota a pequena manifestação do ex-conselheiro Manuel Vieira Tosta quando, em publicação na edição de 15 de julho de 1849 do Diário de Pernambuco, diz ao seu sucessor Honório Hermeto Carneiro Leão que a sociedade dos artistas merecia a proteção do Governo.

Podemos entender que a Sociedade compreendeu desde o início a importância de buscar prestígio junto às elites pernambucanas.

Na década de 1850, a entidade se consolidaria como referência em ensino técnico e profissional. De acordo com Mac Cord (2010), em 1851, a associação promoveu reformas como a mudança no nome para Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais e a possibilidade de aceitação de artistas liberais na Sociedade. Para o autor, a Sociedade pretendia ampliar sua influência no Recife e confirmar o talento e a virtude de seus sócios através do convívio com os indivíduos mais qualificados da sociedade.

Outros exemplos da adoção dessa política de boa vizinhança incluem, em 1852, a discussão de pautas⁸ como a oferta de diplomas a determinados membros da sociedade pernambucana com o intuito claro de conseguir, dentre outras benesses, a pontualidade do pagamento das subvenções estatais anuais e mais espaço no mercado da construção civil.

A estratégia funcionou ao ponto de, em 1857, o então Diretor Geral da Instrução Pública, Joaquim Pires Machado Portella, propor a fundação de uma escola industrial que tivesse a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais como mantenedora.⁹ Embora a proposta não tenha rendido frutos, foi certamente um sinal de que a Sociedade estava no caminho certo.

O início do ano de 1858 foi marcado pela abertura de aulas e cursos gratuitos pela Sociedade, como se vê a seguir:

Em virtude da deliberação da sociedade das Artes Mecânicas e Liberais desta cidade tomada em sessão dia 28 do corrente, o Ilmo. Sr. Vice-diretor manda fazer público,

⁸ Coleção de Obras Raras do Liceu / UNICAP (1880). Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1852-1853.

⁹ Mac Cord (2010).

que desta data em diante a sociedade recebe gratuitamente a todos aquellos que seguem ou se destinam as artes; mas que por falta de meios, e ignorando até as primeiras letras não se podem dar a estudos maiores, necessários todos para o aperfeiçoamento das artes. Convida-se por tanto aos pais a quem a indigência não permite dar a seus filhos outra educação mais do que a de lhes mandar ensinar algum offício, e aos mestres encarregados desta honrosa missão, para virem alistar seus filhos, ou discípulos nesta sociedade, obrigando-os a frequentar as aulas por ella creadas, a fim desta arte melhorar-se a sorte dos artistas nacionaes. Secretaria da sociedade dos artistas em Pernambuco, 29 de janeiro de 1858 – 01. Secretário, José Hygino dos Santos.¹⁰

Outro fato importante que demonstra o prestígio conquistado pela Sociedade se deu alguns meses depois. Em 08 de Maio de 1858, no jornal Diário de Pernambuco, consta pedido da Sociedade à Assembleia Provincial de auxílio para enviar à Europa alguns membros dessa Sociedade sob o pretexto de estudarem matemática elementar e mecânica aplicada à indústria. A proposta da Sociedade era que os beneficiados se comprometeriam a lecionar as disciplinas aprendidas em cursos na Província de Pernambuco, contribuindo assim com a instrução pública. Logo no mês subsequente, é publicada, no mesmo jornal, a concessão da quantia anual de um conto e duzentos mil réis (1:200\$) para que um dos associados pudesse viajar a diversos países europeus a fim de se especializar. Apenas a título de compreensão do valor que essa quantia representava à época, nessa mesma edição do Diário, na seção de anúncios, tem-se, dentre outras ofertas:

Vende-se por 900\$, último preço, um bom preto de meia idade, sadio e robusto, excellent cozineiro, e também com officio que ganha 1\$600 por dia: a tratar na rua do Cabugá, n. 9 [...] Vende-se 1 mulata moça, e 1 negrota, ambas com habilidades e 1 cabra pedreiro e boleiro declarado, por 700\$: no pateo de S. Pedro n.6. [...] Vende-se uma preta robusta, própria para engenho, por 600\$: na rua das Trincheiras n. 29.¹¹

Na década de 1860, a Sociedade consegue burlar a legislação imperial que regia o funcionamento das chamadas “sociedades” (aí inclusas as artísticas, beneficentes, profissionais e outras). Uma das exigências era a de que se a sociedade em questão se propusesse a prestar socorros mútuos, esta deveria ser sua única e exclusiva finalidade institucional da entidade em questão.

Novamente, recorremos a Mac Cord (2010) que nos mostra que para reverter essa situação a Sociedade mudou novamente seu nome, desta vez para Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, pois a nomenclatura anterior – Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais – a vinculava de forma mais direta às atividades de ensino do que à prestação dos auxílios.

¹⁰ Diário de Pernambuco, 03/02/1858.

¹¹ Diário de Pernambuco, 08/05/1858.

Embora tenha feito a opção legal pela prestação de socorros, a Sociedade logrou êxito em conquistar junto ao governo provincial o status de escola particular.

Para isso, precisou criar programas de estudos e regimentos internos e se comprometer a enviar periodicamente relatórios ao Governo, enfim, era necessário de fato se organizar enquanto instituição promotora da instrução.

De qualquer modo, é bem provável que a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais não conseguisse o registro enquanto colégio particular se não tivesse obtido influência junto à classe governante.

Ainda nessa década, a Sociedade criaria mais três categorias de sócios: Honorário, Benemérito e Correspondente. As condições para a obtenção do primeiro desses títulos eram I) ser personalidade de reconhecido talento literário ou; II) gozar de prestígio social ou; III) ter prestado serviços relevantes à Sociedade.

Conforme Mac Cord (2010), o primeiro agraciado com a titulação foi Joaquim Pires Machado Portella, o antigo Diretor Geral de Instrução Pública e que defendera anteriormente a fundação da escola industrial, com sua manutenção através da Sociedade. Seu irmão, Manoel do Nascimento Machado Portella, político bastante relevante no cenário provincial, também foi agraciado. Antônio Rangel de Torres Bandeira, professor do Ginásio Pernambucano e deputado provincial, foi o terceiro a receber a honraria. Além disso, consta que Francisco de Araújo Barros, juiz e membro da Irmandade de São José do Ribamar, também recebera a indicação. Por fim, o quinto sócio merece destaque especial, trata-se de Manoel Figuerôa de Faria, dono do Diário de Pernambuco. Além de sua notória influência, o Sr. Dr. Figuerôa Faria, tinha grande trânsito entre instituições profissionais e demais associações recifenses como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Associação Comercial Beneficente.

Em 1866, a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais sofre um grande revés, é expulsa da Igreja de São José do Ribamar por conta de atritos com a Irmandade e é quase extinta.¹²

Porém, a rede de influência prevalece e a Sociedade consegue novo endereço. Aumentando gradativamente a sua quantidade de sócios honorários e beneméritos, a entidade vislumbra a possibilidade real de se destacar no projeto da “instrução popular”, sobretudo quando seu sócio honorário de número dois, Manoel do Nascimento Machado Portella,

¹² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Livro dos Termos da Irmandade de São José do Ribamar, 1855-1869.

assume a segunda posição mais importante no Poder Executivo Provincial – a vice-presidência.

Estando o então Presidente da Província em 1870, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, ciente da existência e das finalidades da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, decidiu propor à entidade a responsabilidade da manutenção de aulas industriais e primárias.

Na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1º de março de 1871, o conselheiro Diogo Velho em sua fala aos Deputados Provinciais, ressaltou a importância da formação dos artistas e operários e da promoção dos conhecimentos úteis em vista da moralização e do aperfeiçoamento profissional.

De acordo com Mac Cord (2009), o Conselheiro elogiou o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, propondo aos legisladores que aumentassem o auxílio concedido a esta associação, uma vez que ainda não se tinham recursos para abrir uma escola pública industrial.

Diogo Velho ainda utilizou sua fala na Assembleia Legislativa para apelar à Associação Comercial Beneficente que investisse nos projetos das aulas industriais, cooperando com a fundação de uma escola industrial.

O resultado do diálogo entre Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e a Associação Comercial Beneficente foi o planejamento da construção de um Palacete, que abrigaria o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. A Associação Comercial Beneficente promoveu a doação de quantia bastante significativa para o custeio das obras, 10:090\$000 (dez contos e noventa mil réis).¹³ Mac Cord (2009) também diz que depois do apelo de D. Pedro II feito em virtude da vitória na Guerra do Paraguai, muitos representantes das elites letradas e proprietárias escolheram os Liceus de Artes e Ofícios como espaços privilegiados para a “moralização” e o “aperfeiçoamento” do, cada vez maior, contingente populacional urbano, livre e pobre.

O novo projeto das elites pernambucanas, que pretendia agilizar o desenvolvimento da instrução popular através da instalação de um Liceu de Artes e Ofícios, cativou copiosos cidadãos e entidades daquela Província que logo trataram de ofertar mais recursos para que o palacete fosse construído o mais rápido possível. Dentre as mais importantes personalidades que doaram capital para a efetivação do empreendimento escolar, merece especial ênfase o

¹³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província. p. 12.

Barão do Livramento, que ofereceu aos propositores do projeto o expressivo montante de 14:535\$157 para este fim.¹⁴

Paralelamente à captação de doações para iniciar as obras do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios, seus idealizadores tomaram a importante decisão de escolher a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais para ser mantenedora da futura instituição de ensino. Atitude esta que significou, em novas bases, o cumprimento de uma promessa feita por Diogo Velho aos sócios, em seu primeiro contato com a entidade.

A indicação da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais como cuidadora do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco foi confirmada no encontro deliberativo do dia 16 de abril de 1871, conforme consta na ata¹⁵ da reunião. Nesta data, os sócios foram informados da existência de uma ordem presidencial que determinava a compra de um terreno, para que nele tivessem início as obras do palacete. A escritura do imóvel foi lavrada dando ao grupo de artífices o direito de usufruir do terreno com a ressalva de que o benefício apenas teria validade enquanto os sócios mantivessem suas atividades administrativo-pedagógicas.

Junto a esse privilégio, Dom Pedro II agraciou a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais com o título de Imperial, que, em retribuição, conferiu ao Imperador o diploma de sócio benfeitor da entidade. Nesse ano, mais membros honorários e benfeitores entraram nos quadros da Sociedade, tais como Ministros, Presidentes de Províncias e Deputados. Com isso, a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais adquiriu visibilidade e prestígio talvez jamais imaginados anteriormente.

Um período consideravelmente longo se passou desde o assentamento da pedra fundamental, em 23 de abril de 1871, até a inauguração do edifício, em 21 de novembro de 1880, o que nos leva a perceber, mesmo antes de confirmar através das pesquisas documentais, que a construção aconteceu com muita dificuldade. É possível atestar tais dificuldades quando analisamos algumas atas de assembleias ordinárias e extraordinárias da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais que datavam dos anos de 1875 e 1876. Nelas foram relatadas dificuldades para arrecadação de fundos para dar continuidade à construção já iniciada do Liceu e o esforço da Sociedade para encontrar alternativas para arrecadar verbas para essa finalidade. Consta, por exemplo, na ata da sessão ordinária da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do dia 20 de abril de 1875¹⁶ que o “[...] sócio Presidente o Sr.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Coleção de Obras Raras do Liceu / UNICAP (1880). Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871.

¹⁶ Coleção de Obras Raras do Liceu / UNICAP (1880). Livro de Atas das Assembleias Gerais da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em Pernambuco.

Benfeitor Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella propôs e conseguiu da coordenação Central Exposição de que é ele presidente, requerer do Ministério da Agricultura pedindo que o produto da referida exposição desta província reverta em benefício das obras do Liceu de Artes e Ofícios”. Já na ata da sessão extraordinária da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do dia 28 de julho de 1876¹⁷ foi discutida a seguinte pauta: “[...] Requerimento da comissão de obras do Liceu de Artes e Ofícios, em que ela solicita providências para continuar-se na obra ou a dispensa dessa incumbência [...]” “[...] sobre isto falou o irmão Pedro Paulo que justificou o procedimento da comissão alegando que as obras estão paralisadas, o trabalho feito se estragando, os materiais se desencaminhando e o crédito da comissão se abalando [...]” Diante desta solicitação da comissão, o presidente Dr. Manoel Portella “fez a exposição dos esforços que há empregado, para obter os recursos, todos pela Assembleia Provincial.” Muitas reuniões ordinárias e extraordinárias foram realizadas pela Assembleia Geral da Sociedade de Artistas tentando achar soluções para enfrentar os obstáculos da construção do Liceu, mas apesar das dificuldades, nove anos após o assentamento da pedra fundamental, a inauguração aconteceu e foi escolhida uma data memorável para a Sociedade que naquele dia 21 de novembro de 1880 completaria mais um aniversário de fundação.¹⁸

Considerações Finais

Em um rápido retrospecto acerca da atuação das classes políticas no processo de construção do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, temos alguns gestos e acenos que foram de grande importância, tais como: a concessão de verbas anuais à Sociedade, aprovada em 1844, sob o governo de Rego Barros; a destinação, também anual, em 1858, de recursos ao custeio de uma “bolsa de estudos” que possibilitava a um dos associados da entidade aprimorar seus conhecimentos no exterior; e, finalmente, a ação mais firme do Conselheiro da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque que conclamou a Assembleia e as elites comerciantes a arregaçar as mangas e investir na instrução pública.

Por sua vez, as elites comerciantes pouco fizeram até serem convocadas pelo Imperador Dom Pedro II e o Presidente da Província, Diogo Velho, para ajudar na difícil e dispendiosa tarefa de construir uma instituição de ensino de grande porte, como o Liceu.

¹⁷ Coleção de Obras Raras do Liceu / UNICAP (1880). Livro de Atas das Sessões Extraordinárias da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

¹⁸ Coleção de Obras Raras do Liceu / UNICAP (1880). Ata da sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário.

Todavia, as doações da Associação Comercial Beneficente e do Barão do Livramento em favor da construção do Liceu foram bastante substanciais e permitiram a realização de tal obra que, sem este apoio, dificilmente seria levada a termo.

Por fim, cremos não restarem dúvidas acerca da enorme relevância da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais no contexto da construção do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Sua luta pelo reconhecimento de suas competências técnico-artísticas, sua perspicácia política e ainda seu inegável compromisso com a classe artística e operária e também com o desenvolvimento da instrução pública, ajudaram a pavimentar os rumos da capital pernambucana em direção à modernidade.

Quase quatro décadas haviam se passado entre a fundação da modesta Sociedade de Artes Mecânicas, funcionando em restrito espaço do consistório da Igreja de São José do Ribamar, até a inauguração do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco que tinha como mantenedora a grandiosa Imperial Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais.

Pode-se, em ceticismo, arguir a ascensão social de seus membros como o único propósito perseguido pela Sociedade, mas, mesmo nessa hipótese, não há como negar face ao imenso número de alunos ou sócios socorridos em situações de penúria que a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais construiu uma belíssima história.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Manuscritas

**Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco (BC/UNICAP) -
Biblioteca/Coleções Especiais. Série Liceu de Artes e Ofícios:**

- a) Livro de Atas das Assembleias Gerais da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em Pernambuco.
- b) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1852-1853.
- c) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871.
- d) Livro de Atas das Sessões Extraordinárias da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

- a) Livro dos Termos da Irmandade de São José do Ribamar, 1855-1869.

2. Fontes Impressas

Jornais:

Diário de Pernambuco, 11/08/1842.

Diário de Pernambuco, 15/07/1849.

Diário de Pernambuco, 03/02/1858.

Diário de Pernambuco, 08/05/1858.

Diário de Pernambuco, 25/04/1871.

Diário de Pernambuco, 27/11/1880.

Diário Novo, 03/06/1848.

3. Outras fontes impressas:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE):

IMPERIAL Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário. Recife: Typographia de Manoel de Figuerôa de Faria e Filhos, 1881.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província. p. 12.

4. Bibliografia

LUZ, Itacir Marques da. **Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. SP: [s. n.], 2009.

_____. **Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 109-125.

_____. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2012.